

**Ag no RECURSO ESPECIAL Nº 1.676.589 - SP (2017/0133617-0)**

**RELATOR** : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
**AGRAVANTE** : LILIANE MOFARREJ MARTINEZ  
**ADVOGADO** : BRUNO MARCELO RENNÓ BRAGA E OUTRO(S) -  
SP157095A  
**AGRAVADO** : ITAU UNIBANCO S.A  
**ADVOGADO** : RAFAEL BARROSO FONTELLES E OUTRO(S) - SP327331

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de agravo de instrumento interposto por LILIANE MOFARREJ MARTINEZ contra a inadmissão, na origem, do recurso especial que interpôs contra acórdão proferido pela 14ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo nos autos da ação de reparação de danos que moveu em face de ITAÚ UNIBANCO S/A.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, recebo o presente agravo de instrumento como agravo em recurso especial, por aplicação do princípio da fungibilidade.

Considerando as razões exaradas no presente recurso, relativas à violação aos artigos 186, do Código Civil, 6º, VI, do CDC, 389, 404 e 405, do Código Civil, discutindo-se acerca da irrisoriedade do *quantum* fixado a título de danos morais, além do termo inicial dos juros de mora e atualização monetária, merece provimento o agravo para que se proceda a sua conversão em recurso especial, de forma a mais bem se apreciar a controvérsia.

**Ante o exposto, dou provimento ao agravo para que se proceda a sua conversão em recurso especial.**

Após, retornem para julgamento de ambos os recursos especiais.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**

Relator

